

## Dois ministros (um militar, outro civil) pedem que se pense no futuro

Uma nova Constituição não deve voltar-se para o passado, nem contra situações, idéias e grupos, dizem Leônidas Gonçalves e Paulo Brossard.

Para o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, a nova Constituição brasileira deverá estar voltada para o futuro. Seria inócuo elaborar um texto voltado para o passado, contra situações, idéias e grupos, tornando-se imprescindível uma Constituição a favor do País, capaz de projetar nas décadas que virão os grandes problemas e necessidades nacionais. Nas vezes em que os nossos constituintes se preocuparam mais com o passado do que com o futuro, disse o ministro, sobrevieram crises e impasses de envergadura. A oportunidade se apresenta para a consolidação das instituições democráticas e para que a Nação se possa unir em torno dos desafios a enfrentar.

Numa das múltiplas rodas de conversa formadas domingo à tarde, no almoço que o governador José Aparecido de Oliveira ofereceu ao deputado Ulysses Guimarães, em comemoração aos seus 70 anos, o ministro do Exército teve oportunidade de trocar com o ministro da Justiça algumas palavras e conceitos referentes à nova Constituição. Paulo Brossard concordou em gênero, número e grau com as posições do general Leônidas. Também para ele, o importante é encontrar mecanismos em condições de garantir a evolução dos princípios democráticos, com os olhos voltados para o futuro.

Ambos fizeram a ressalva de que a Assembléia Nacional Constituinte será soberana. Seus integrantes disporão de todo o poder para agir como bem entenderem. Identificaram um anseio reformista em nossa sociedade, expresso, até agora, nas iniciativas do governo da Nova República. Não há, para eles, tendências revolucionárias entre nós. Certos setores, minoritários, tentam dividir a Nação entre revolucionários e conservadores, alinhando com esses últimos os que sustentam reformas. Mas o maniqueísmo destina-se a fracassar, pois a sociedade o repele, disseram.

Os dois ministros não examinaram, na conversa, detalhes do texto recentemente preparado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Consideraram-na uma colaboração aos constituintes. Como tal, segundo Paulo Brossard, a sugestão dos notáveis deveria ter sido mesmo, como foi, ampla e minuciosa. Os juristas chefiados por Afonso Arinos não prepararam um anteprojeto de Constituição, mas propostas longas e analíticas. A síntese caberá aos constituintes que, por certo, não chegarão a uma Constituição de 468 artigos, inadaptada à nossa realidade.

7 OUT 1986

JORNAL DA TARDE

Sobre o trabalho dos notáveis, são conhecidas as posições pessoais do ministro da Justiça e do ministro do Exército, como, de resto, dá grande maioria do Ministério. De per si, cada ministro terá seus reparos, ainda que os evitem comentar, de público. O general Leônidas Pires Gonçalves, como seus colegas militares, não concorda em que se retire das Forças Armadas a missão de garantidoras da ordem interna, em condições de ser mobilizadas pelos poderes constitucionais em ocasiões de crise. Paulo Brossard discorda da sugestão de entregar às Polícias Cíveis a responsabilidade pela preservação da ordem pública, com o afastamento das Polícias Militares dessa função.

O que sustentam os dois ministros, assim como outros, é a importância de se entender o debate constituinte a toda a sociedade. Brossard está percorrendo alguns Estados, antes da eleição de 15 de novembro, fazendo conferências e palestras, mas julga que só depois de realizado o pleito se abrirão condições para ampliar a iniciativa. No final de novembro e nos meses de dezembro e janeiro, pretende ir a todas as capitais, atendendo convite de associações de classe, universidades e sindicatos, buscando sensibilizar a opinião pública para acompanhar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e recolhendo opiniões. O governo federal não se intrometerá no trabalho dos constituintes e não apresentará anteprojetos como aconteceu no passado, mas acompanhará tudo de perto. C.C.

ANC 88  
Pasta Outubro/86  
019

## Os estrangeiros têm medo da Constituinte?

O secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luciano Coutinho, admitiu ontem à noite, no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, que os investidores estrangeiros estão retraídos no Brasil, em função de "um receio de que a Assembléia Nacional Constituinte venha a ter um perfil nacionalista e que, eventualmente, as dificuldades de entrada do capital estrangeiro venham a aumentar com a Constituinte".

"E este receio que tem retardado a decisão de investimentos, a tal ponto que o balanço de capitais das empresas estrangeiras tem-se tornado negativo no País. Quer dizer: a remessa de lucros e dividendos tem superado em muito a entrada de investimentos indiretos", afirmou.

O secretário-geral, depois de fazer uma conferência, disse que "essa situação é negativa, não é boa para o balanço de pagamentos do País e, mesmo que as empresas não estivessem entrando em ramos novos, o simples aumento de capacidade produtiva para conservar as fatias de mercado que o capital estrangeiro já tem no Brasil, poderia ser suficiente para equilibrar e induzir novos investimentos estrangeiros no País.

Eu não vejo razão para que as empresas estrangeiras magnifiquem esses temores. Não vejo razão para imaginar que a Constituinte venha a ser xenófoba com relação ao capital estrangeiro", acrescentou.